



DE 29 DE SETEMBRO A 3 OUTUBRO DE 2014

NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ACTIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Proposta de Lei 250/XII](#)

Procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, alterando o Código Civil, a Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro, o Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, e o Decreto-Lei n.º 158/2006, de 8 de Agosto.

Autoria Governo

[Proposta de Lei 251/XII](#)

Estabelece o regime de renda condicionada dos contratos de arrendamento para fim habitacional.

Autoria Governo

[Proposta de Lei 252/XII](#)

Estabelece o novo Regime do Arrendamento Apoiado para Habitação

Autoria Governo

[Projecto de Lei 671/XII](#)

Regime de Renda Apoiada. Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de Maio

Autoria PCP

[Projecto de Lei 673/XII](#)

Revoga o novo regime do arrendamento urbano aprovado pela Lei n.º 31/2012 – Lei dos despejos - e suspende os aumentos das rendas dos diversos tipos de arrendamento previstos nas Leis n.º 46/85 e 6/2006

Autoria PCP

[Projecto de Lei 677/XII](#)

Revoga a Lei do novo regime de arrendamento urbano (revogação da Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, que procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, alterando o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro)

Autoria BE

ÚLTIMOS TEXTOS APROVADOS

[Deliberação 5-PL/2014](#)

Constituição de uma comissão eventual para a revisão constitucional

AUTARQUIAS LOCAIS

[Despacho n.º 12029-A/2014 - Diário da República n.º 187/2014, 1.º Suplemento, Série II de 2014-09-29](#)

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças - Gabinetes dos Secretários de Estado da Administração Local, Adjunto e do Orçamento e da Secretária de Estado do Tesouro

Approva o pedido de adesão ao apoio financeiro transitório de urgência ao Município de Aveiro e autoriza a concessão de um empréstimo pela DGTf ao mesmo município

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

[Resolução da Assembleia da República n.º 83/2014 - Diário da República n.º 189/2014, Série I de 2014-10-01](#)

Assembleia da República

Constituição de uma Comissão de Inquérito Parlamentar à gestão do BES e do Grupo Espírito Santo, ao processo que conduziu à aplicação da medida de resolução e às suas consequências, nomeadamente quanto aos desenvolvimentos e opções relativos ao GES, ao BES e ao Novo Banco

FINANCEIRO

BANCO DE PORTUGAL

[Comunicado do Banco de Portugal sobre os novos membros do Conselho de Auditoria](#)

[Alerta aos consumidores para os riscos de utilização de “moedas virtuais”](#)

[Nota de informação estatística: Banco de Portugal divulga nova série de dívida](#)

Cartas- Circulares

[10/2014/DET](#) - Procede à revogação da Carta-Circular n.º 5/2008/DET, de 16-01, referente à identificação de contas bancárias e/ou de outros activos financeiros no âmbito da sucessão "mortis causa".

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Consulta Pública da ESMA relativa a Normas Técnicas de Regulamentação dos Prospectos \(Diretiva Omnibus II\)](#)

[Indicadores de Síntese do Mercado de Capitais Português - Setembro de 2014](#)

[CMVM divulga Respostas a perguntas frequentes na sequência da aplicação da medida de resolução do Banco de Portugal ao BES - Banco Espírito Santo e criação do Novo Banco](#)

 **FISCAL**

[Lei n.º 75-A/2014 - Diário da República n.º 188/2014, 1.º Suplemento, Série I de 2014-09-30](#)

Assembleia da República

Procede à segunda alteração à [Lei n.º 83-C/2013](#), de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2014), à quinta alteração à [Lei n.º 108/91](#), de 17 de agosto, e ao [Decreto-Lei n.º 413/98](#), de 31 de Dezembro, à quarta alteração à [Lei n.º 28/2012](#), de 31 de Julho, e à primeira alteração aos [Decretos-Leis n.ºs 133/2013](#), de 3 de Outubro, [26-A/2014](#), de 17 de Fevereiro, e [165-A/2013](#), de 23 de Dezembro, alterando ainda o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, o Código dos Impostos Especiais de Consumo, o Estatuto dos Benefícios Fiscais e o Regime Geral das Infracções Tributárias

 **PREVIDENCIAL**

[Aviso n.º 94/2014 - Diário da República n.º 191/2014, Série I de 2014-10-03](#)

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Torna público que se encontram cumpridas as formalidades exigidas para a entrada em vigor da Convenção sobre Segurança Social entre a República Portuguesa e a República Argentina, assinada em Santiago do Chile em 9 de Novembro de 2007

 **SAÚDE**

[Portaria n.º 194/2014 - Diário da República n.º 188/2014, Série I de 2014-09-30](#)

Ministério da Saúde

Estabelece o conceito, o processo de identificação, aprovação e reconhecimento dos Centros de Referência Nacionais para a prestação de cuidados de saúde, designadamente para diagnóstico e tratamento de doenças raras

 **TRABALHO E EMPREGO**

[Decreto-Lei n.º 144/2014 - Diário da República n.º 188/2014, Série I de 2014-09-30](#)

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

Actualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida

[Acórdão n.º 545/2014 - Diário da República n.º 187/2014, Série II de 2014-09-29](#)

Tribunal Constitucional

Interpreta a norma do artigo 14.º, n.º 1, alínea a), da Lei da Liberdade Religiosa no sentido de que se refere também ao trabalho prestado em regime de turnos

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA EU

ACTOS NÃO LEGISLATIVOS

AERONÁUTICA

Regulamento de Execução (UE) n.o 1028/2014 da Comissão, de 26 de Setembro de 2014, que altera o Regulamento de Execução (UE) n.o 1207/2011 que [estabelece os requisitos para o desempenho e a interoperabilidade da vigilância no céu único europeu](#)

Regulamento de Execução (UE) n.o 1029/2014 da Comissão, de 26 de Setembro de 2014, que altera o Regulamento (UE) n.o 73/2010 da Comissão, que [estabelece os requisitos aplicáveis à qualidade dos dados aeronáuticos e da informação aeronáutica no Céu Único Europeu](#)

ASILO, MIGRAÇÃO E INTEGRAÇÃO

Regulamento Delegado (UE) n.o 1042/2014 da Comissão, de 25 de Julho de 2014, que completa o Regulamento (UE) n.o 514/2014 no que [se refere à designação e às competências de gestão e de controlo das autoridades responsáveis, e no que se refere ao estatuto e obrigações das autoridades de auditoria](#)

FINANCEIRO

Regulamento de Execução (UE) n.o 1030/2014 da Comissão, de 29 de Setembro de 2014, [que estabelece normas técnicas de execução no que diz respeito aos formatos uniformes e às datas para a divulgação dos valores utilizados com vista a identificar as instituições de importância sistémica global](#) em conformidade com o Regulamento (UE) n.o 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho

COMISSÃO

Auxílio estatal: [A Comissão vai investigar em profundidade a proposta de financiamento público da Volkswagen em Portugal](#)

[PME continuaram a enfrentar dificuldades em 2013, apesar dos sinais positivos de recuperação económica](#)

Comunicado de Imprensa

[Horizon Report insta as escolas a dar resposta ao «complexo» desafio das competências digitais](#)

[O que é o Horizon Report?](#)

[Aplicação do direito da União Europeia: desempenho dos Estados-Membros em 2013](#)

[Comissão Europeia insta as regiões ultraperiféricas a focarem-se nos objectivos da Estratégia Europa 2020 e a tirarem partido dos pontos fortes de cada uma](#)

PORTAL DO GOVERNO



COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 2 DE OUTUBRO DE 2014

[Foi aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

- Alargamento do apoio social extraordinário ao consumidor de energia eléctrica e o universo de beneficiários da tarifa social de fornecimento de energia eléctrica, através da revisão dos respectivos critérios de elegibilidade.
- Proposta de lei que procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano.
- Proposta de lei que altera o Regime do Arrendamento Apoiado para Habitação, medida que vem complementar a reforma do arrendamento urbano e que tem como objectivo criar as condições para um efectivo exercício do direito ao acesso a uma habitação condigna de todos os portugueses e ajustada às suas necessidades.
- Proposta de lei que altera o regime de renda condicionada dos contratos de arrendamento para fim habitacional.
- Diploma que clarifica o regime aplicável enquanto se mantiverem os constrangimentos ao acesso e utilização do sistema informático de suporte à actividade dos tribunais (Citius), nomeadamente no que respeita à prática de actos processuais por via electrónica. Leia [AQUI](#) o texto do projecto de Decreto-Lei.
- Envio do Acordo relativo ao Tribunal Unificado de Patentes para ratificação da Assembleia da República.

(...)



APRESENTAÇÃO DO PLANO DE REESTRUTURAÇÃO PARA O SECTOR DAS ÁGUAS 2014

[Apresentação do Plano de Reestruturação para o Sector das Águas](#)



RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PARA A REFORMA DO IRS

[Relatório final da Comissão para a reforma do IRS](#)

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Chambers European Excellence Awards, 2009, 2012

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards, 2012

 25ª Sociedade de Advogados mais Inovadora da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards, 2011, 2012